

# Habitação de Interesse Social no ensino, pesquisa e extensão

Maria Lucia Refinetti Martins\*

\* Laboratorio de Habitación y de Asentamientos Humanos,  
Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de San  
Pablo.

A introdução nas ordenações jurídicas brasileiras do direito à moradia, bem como dos conceitos de função social da cidade e da propriedade é relativamente recente, estando essas últimas inscritas na Constituição de 1988. A partir de 2000, por meio de Emenda Constitucional, o direito à moradia foi incluído entre os direitos sociais.

Relativamente à pesquisa e produção teórica, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP) está envolvida desde a década de 60 com a questão da precariedade habitacional e da informalidade urbana, trazidas à luz pela pesquisa pioneira (1970-73), de Maria Ruth Amaral de Sampaio e Carlos Lemos, que se tornou referência. Desde então, diversos professores e pesquisadores foram aprofundando o tema dos loteamentos clandestinos e das favelas e pouco depois também dos cortiços.

A disputa ideológica pela representação da cidade e correlatamente do papel da moradia foi estudada em pesquisa de Ermínia Maricato, que levantou entre os principais pesquisadores, seus argumentos e bibliografia de referência. Reunindo esse material à sua própria experiência, como docente e como Secretária de Habitação do Município de São Paulo (1989-

1992) e em 2001 como Secretária Executiva do Ministério das Cidades e uma dos responsáveis por sua criação, produziu o texto “Formação e impasse do pensamento crítico sobre a cidade periférica”, que é um dos capítulos do livro de sua autoria: “O impasse da política urbana no Brasil”. Petrópolis, Vozes, 2011.

Vários outros pesquisadores da FAUUSP trabalham ou trabalharam sobre questões relativas à Habitação de Interesse Social e sua produção pode ser localizada por meio do Sistema Dedalus, em: [http://200.144.190.234/F/?func=find-b-0&local\\_base=FAU](http://200.144.190.234/F/?func=find-b-0&local_base=FAU). Muitos trabalhos se desenvolveram no âmbito acadêmico, contando com alunos como pesquisadores. São investigações da maior relevância, que colocam o tema da moradia popular como objeto de pesquisa nos cânones da rigorosa prática científica.

Mas isso não é o comum na prática acadêmica. É bastante visível que em nossas universidades as atividades de caráter social -temas afetos às necessidades básicas da maioria da população- ficam circunscritas à Extensão (que abrange toda a gama de atividades de relação com a comunidade externa). Apesar de a Extensão fazer parte das atribuições acadêmicas, com frequência assume um caráter de “prestação de serviços” ou de “assistencialismo”. Representa

com frequência, a única parcela da produção universitária que se ocupa do setor popular. O desafio que se coloca é inserir essas práticas no âmbito da produção principal do conhecimento, na linha de ponta das pesquisas e do ensino. É necessário que toque efetivamente nos constrangimentos que bloqueiam a ação, grande parte deles expressão da falta não de tecnologia e de conhecimento, mas de humildade tanto para uma ação intersetorial e que reconheça no outro um interlocutor, quanto para considerar as demandas mais básicas da maioria da população como um desafio “de ponta”.

A maior parte do crescimento das cidades brasileiras não conta com a colaboração do conhecimento técnico formal ou também do financiamento público ou privado. A maior parte da produção das moradias nas cidades brasileiras e latino-americanas se faz fora do mercado legal privado ou mesmo das políticas de promoção pública e ao largo da legislação urbanística e ambiental existente, sem qualquer apoio técnico.

Nesse quadro, o que se pode esperar da Universidade e particularmente de áreas vinculadas à produção do espaço construído? O laboratório nas Ciências Sociais Aplicadas é a sociedade; em Arquitetura e Urbanismo,

congrega sociedade e espaço. Fazer ciência nessas áreas não pode ser apenas observação. A experimentação e a prática fazem parte da construção teórica. O desenvolvimento de projetos e sua aplicabilidade são essenciais a essa construção. Daí a importância dos projetos concretos, das experiências práticas. Com base nos projetos experimentais pode-se construir os procedimentos metodológicos.

Considerando que o tempo e recursos institucionais são limitados, a escolha de determinado objeto de estudo esvazia a possibilidade de agir em outro. Assim, é fundamental que os objetos de estudo privilegiados, particularmente nas universidades públicas, tenham a perspectiva das necessidades e demandas da maioria, com excelência e a melhor tecnologia.

Isso não quer dizer que se possa deixar de conhecer, e no mais alto nível, os circuitos mais restritos de exclusividade e fortemente concentrados em que opera o grande capital. Mas é fundamental avaliar o impacto dessas ações sobre os setores majoritários, de forma que esse conhecimento e essas ações não representem mais investimento público direcionado sempre no mesmo sentido, para setores já contemplados. Um bom exemplo desse debate, do ponto de vista dos estudos urbanos, é o tema das designadas Operações Urbanas, figura adotada na prática urbanística em algumas cidades brasileiras e latino americanas, a partir de experiências européias, que tem absorvido recursos intelectuais e financeiros com resultados claramente desfavoráveis à Habitação de Interesse Social e à inclusão social.

A massa de investimento social representado pelos professores e alunos na universidade,

particularmente na universidade pública, é algo relevante que, no entanto, jamais quantificamos. É com essa quantidade de investimento público que estamos lidando. Para onde se dirigir é para onde estaremos dirigindo esse inestimável investimento.

É nesse contexto que o Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da FAUUSP procura, desde sua criação, responder a um duplo desafio: o do ensino/pesquisa/produção do conhecimento de um modo que não seja apenas transmissão/exercícios, mas inclua os estudantes na própria produção do conhecimento, e o desafio da identidade, do papel da Universidade, da representação e da articulação com outros setores sociais que compartilhem esses paradigmas<sup>1</sup>.

Mas, se de um lado essa perspectiva está bastante configurada na pesquisa e na extensão, no campo da estrutura curricular a conquista desse espaço é mais restrita. As experiências didáticas, ou seja, o desdobramento desses saberes para as disciplinas regulares, de modo que envolva a totalidade dos alunos e não apenas aqueles poucos que se vinculam às pesquisas é bem mais complexo. Existe para

1 O LABHAB FAUUSP existe desde 1997, criado pela Profa. Ermínia Maricato, visando a formação de pesquisadores e profissionais para as políticas públicas. Laboratórios de Habitação acadêmicos, surgiram em diferentes unidades, a partir da década de 80, propiciando uma experimentação que permitiu a viabilização de empreendimentos auto-geridos, com assessoria própria, qualidade de projeto e um conhecimento altamente especializado. Levaram ao conceito de "direito à arquitetura", com diversas experiências de políticas oficiais em administrações municipais populares e a ações localizadas com apoio de ONG. Dentre essas iniciativas podem ser relacionados as dos cursos de Arquitetura e Urbanismo: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal Fluminense, PUC Minas Gerais, PUC Campinas.

a acreditação de cursos de Arquitetura e Urbanismo uma diretriz nacional relativa ao currículo mínimo, em que o tema da habitação de interesse social como projeto e como política faz parte do escopo, mas não é especificamente referido. Assim, cada curso e cada grupo de docentes imprime sua própria modulação quanto ao tema<sup>2</sup>.

Na FAUUSP o ensino se organiza a partir de três departamentos: História e Fundamentos de Arquitetura e Urbanismo; Tecnologia da Arquitetura, e Projetos, que concentra a maior parte da atividade prática e trabalho em ateliê.

No curso de graduação, cada um deles oferece disciplinas obrigatórias e optativas. Dentre as obrigatórias, que ocupam da ordem de 60% do currículo, não há nenhuma que seja específica sobre habitação, ainda que o tema seja abordado, por exemplo, em História, como utopia do movimento moderno, e na Tecnologia se estudem materiais e instalações. Nas disciplinas de ateliê, cuja espinha dorsal abrange o projeto de arquitetura e o planejamento urbano e regional, a habitação é frequentemente adotada como tema para os exercícios práticos. Numa aproximação muito geral, pode-se considerar que pelo menos um semestre dentre os quatro que cada uma dessas áreas envolve é dedicado à habitação de interesse social, o que equivale a uma carga horária de aproximadamente 300 horas, dentre o total de 5880 horas do curso.

Dentre as disciplinas optativas aí sim existem programas específicos em habitação, nos três

2 Na Pós-Graduação o espaço é mais flexível e amplificado, inclusive pela oferta, desde 2003 de uma Área de Concentração vinculada ao tema, designada por "Hábitat": [http://www.fau.usp.br/cursos/pos/areas/area\\_habitat/index.html](http://www.fau.usp.br/cursos/pos/areas/area_habitat/index.html)

departamentos, que o aluno pode optar por cursar. O último ano envolve o desenvolvimento de um Trabalho Final de Graduação, cuja carga horária representa 20% do total do curso. Esse trabalho, de livre escolha do aluno, é desenvolvido com a orientação de um professor de escolha do aluno e acompanhado por um grupo interdisciplinar de docentes, que promove seminários e articula grupos temáticos de trabalhos. Vários estudantes escolhem o tema da habitação de interesse social como foco e desenvolvem investigações, propostas e projetos muito aprofundados e completos sobre o tema.

Dentro desse quadro, os docentes têm liberdade para trabalhar o tema da Habitação de Interesse Social no âmbito das disciplinas optativas e na orientação de Trabalhos finais de Graduação. Nas disciplinas obrigatórias que lecionam, podem privilegiar, a cada semestre, exercícios na temática da habitação e da intervenção urbanística em situações de precariedade sócio-ambiental. É o que o grupo de docentes vinculados ao Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos trabalha regularmente.

Dentre as disciplinas optativas de natureza prática (que têm 90 horas de duração), a disciplina Habitação de Interesse Social, que vem sendo lecionada por docentes do grupo desde 2000 até o presente, tem por objetivo o desenvolvimento de conhecimento analítico e projetual sobre a habitação de interesse social e sua inserção na cidade. Dois focos principais podem ser destacados como objeto de estudo, que se alternam ao longo do tempo: a regularização, qualificação urbana e recuperação ambiental em áreas periféricas, mal equipadas, onde predomina a tensão entre moradia e proteção ambiental, e as áreas centrais, equipadas e



ANDRÉ SANT'ANNA SILVA, bolsista de Treinamento Técnico, 2004. Desenho, para capa da cartilha Morar na Represa. Projeto Reparação de Danos e Ajustamento de Conduta em matéria urbanística, apoio FAPESP, 2001-2005

valorizadas, onde têm lugar as disputas territoriais associadas a um quadro edificado que se torna obsoleto para alguns tipos de usos, ficando sujeito à precarização pelo envelhecimento sem manutenção e ao abandono. É onde se dá o confronto entre a propriedade fechada e sem uso aguardando valorização, a possibilidade de moradia de baixo custo, e os projetos de renovação que expulsam a população local de renda mais baixa<sup>3</sup>.

Se de um lado a experiência contribui para a

<sup>3</sup> No âmbito dessa disciplina, a experiência desenvolvida entre 2000 e 2006 articulando pesquisa e extensão com o ensino, resultou no livro: "Moradia e Mananciais - tensão e diálogo na metrópole", publicado em 2006 e disponível para livre acesso em: [www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/martins\\_moradia-e-mananciais.pdf](http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/martins_moradia-e-mananciais.pdf).

Ainda enquanto disciplinas optativas, cabe relacionar também a experiência de outros colegas que, de 1995 a 2002 ofereceram a disciplina: "Planejamento de Áreas Especiais", sobre o tema favelas e cortiços, que resultou em publicações.

construção de um currículo que capacite novos perfis de profissionais universitários para tratar dos problemas das cidades brasileiras e também latino-americanas, onde a maior parte do espaço se produz sem a intervenção profissional, de outro, admite-se que o currículo em si representa apenas uma parcela do desafio: inserir no universo acadêmico as questões afetas à cidade informal, ilegal, onde prevalece a precariedade sócio-ambiental e incorporá-la no processo didático e na pesquisa, é uma parte fundamental, mas é fundamental também, a criação de alternativas concretas de trabalho para esses novos profissionais. Qualificar a cidade e a moradia da maioria da população não pode ser um gesto de voluntariado, mas constituir-se numa efetiva disponibilização desses serviços profissionais de modo extensivo e universal. Mas esse é outro lado da batalha, que nos cumpre a todos também empreender...